



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

**3º EXAME
DE
SELEÇÃO**

**ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E
DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA**

1994



PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

- 01) Assinale, dentre as assertativas que se seguem, aquela que melhor correlaciona Estado e Sociedade:
- a) O Estado representa uma forma incipiente de Sociedade;
 - b) Um conjunto de pessoas, ainda que não organizado e sem visar a uma finalidade comum, representa a Sociedade, embora não represente o Estado;
 - c) Estado e Sociedade são conceitos que não guardam qualquer correlação;
 - d) O Estado é a Sociedade politicamente organizada;
 - e) O Estado é a Sociedade politicamente desorganizada.
- 02) Quando do advento de uma nova Constituição, o que ocorre com a legislação até então vigente?
- a) É toda ela revogada, surgindo a necessidade de que sejam novamente editadas as leis, em conformidade com as disposições introduzidas pela nova Constituição;
 - b) Permanece ela integralmente em vigor, ainda que alguns diplomas legais sejam incompatíveis com a nova Constituição;
 - c) Cabe ao Congresso Nacional listar quais as leis que continuam em vigor e quais as que ficam revogadas pela nova Constituição;
 - d) Cabe ao poder Executivo listar quais as leis que continuam em vigor e quais as que ficam revogadas pela nova Constituição;
 - e) Permanecem em vigor apenas as leis que sejam compatíveis com a nova Constituição.

- 03) Em qual das alternativas que se seguem o poder Executivo pratica ato que, embora lhe seja constitucionalmente deferido, representa uma exceção à rigidez do Princípio da "Tripartição dos Poderes" (tripartição das funções do Estado):
- a) Quando edita um decreto tendente a regulamentar uma lei;
 - b) Quando edita uma medida provisória;
 - c) Quando apresenta ao Congresso Nacional uma proposta de lei;
 - d) Quando nomeia um Ministro de Estado;
 - e) Quando declara de utilidade pública determinado imóvel, para fins de desapropriação.
- 04) São espécies normativas previstas na Constituição Federal, exceto:
- a) Resoluções;
 - b) Leis delegadas;
 - c) Decretos-leis;
 - d) Leis complementares;
 - e) Decretos legislativos.
- 05) Qual das afirmativas que se seguem, todas relativas aos servidores públicos, é verdadeira?
- a) A investidura em cargo ou emprego público independe de aprovação em concurso público;
 - b) O prazo de validade do concurso público é de até três anos, prorrogável por igual período;
 - c) Desde a aprovação em concurso público o servidor torna-se estável;
 - d) A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação em concurso público, ressalvadas a nomeação para cargo em comissão declarado, em lei, como sendo de livre nomeação e exoneração;
 - e) É permitida a acumulação remunerada de cargos públicos, qualquer que seja a natureza dos mesmos.

06) A ação popular pode ser proposta:

- a) Por pessoa física, exclusivamente;
- b) Por pessoa jurídica, exclusivamente;
- c) Por pessoa física ou por pessoa jurídica;
- d) Exclusivamente por entidade pública;
- e) Nenhuma das opções anteriores está correta.

07) Assinale a assertiva correta:

- a) A Constituição Federal autoriza que se utilize o tributo com efeito de confisco;
- b) O Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis ou Doação, de quaisquer bens ou direitos, é da competência da União;
- c) Os entes da Federação podem instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços, um dos outros;
- d) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da Lei que os houver instituído ou aumentado;
- e) A União, mediante lei ordinária, poderá instituir empréstimos compulsórios.

08) São condições de elegibilidade previstas no texto constitucional, exceto:

- a) Pleno exercício dos direitos políticos;
- b) Nacionalidade brasileira;
- c) Alistamento eleitoral;
- d) Filiação partidária;
- e) Quitação com o serviço militar.

09) Assinale a assertiva correta:

- a) Admite-se, no processo, que as provas sejam obtidas por meios ilícitos;
- b) É possível que seja concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião;
- c) A prisão ilegal não precisa ser imediatamente relaxada pela autoridade judicial;
- d) A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível;
- e) Qualquer pessoa pode ser privada de sua liberdade e de seus bens sem o devido processo legal.

10) As leis orçamentárias são de iniciativa do:

- a) Poder Legislativo;
- b) Poder Executivo;
- c) Tribunal de Contas;
- d) Procurador-Geral da República;
- e) Poder Judiciário.

11) Compete ao Presidente da República, exceto:

- a) Escolher dois terços dos membros do Tribunal de Contas da União;
- b) Nomear e exonerar os Ministros de Estado;
- c) Decretar e executar a Intervenção Federal;
- d) Exercer o comando supremo das Forças Armadas;
- e) Vetar projetos de lei, total ou parcialmente.

- 12) A ação de Inconstitucionalidade por omissão guarda alguma semelhança com:
- a) O mandado de segurança;
 - b) O mandado de injunção;
 - c) O habeas corpus;
 - d) O habeas data;
 - e) Nenhuma das respostas anteriores.
- 13) O princípio participativo caracteriza-se pela participação direta e pessoal dos cidadãos na formação dos atos de Governo. São formas de participação, exceto:
- a) Ação popular;
 - b) Referendo;
 - c) Habeas data;
 - d) Iniciativa popular;
 - e) Plebiscito.
- 14) A principal característica de um Estado Federal é:
- a) A centralização política;
 - b) Ser uma reunião de vários estados soberanos;
 - c) A descentralização política;
 - d) Apresentar um território definido;
 - e) Nenhuma das anteriores.
- 15) A idade mínima para que um cidadão possa ser eleito como Vereador é de:
- a) 18 (dezoito) anos;
 - b) 20 (vinte e um) anos;
 - c) 30 (trinta) anos;
 - d) 35 (trinta e cinco) anos;
 - e) Não existe idade mínima.

16) Sobre os servidores públicos é incorreto afirmar que:

- a) Após 02 (dois) anos de efetivo exercício, os servidores nomeados em virtude de concurso público adquirem estabilidade;
- b) O servidor público estável somente perde o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado;
- c) Os Ministros do Supremo Tribunal Federal ocupam cargos vitalícios;
- d) O servidor público estável somente perde o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;
- e) Extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade remunerada, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

17) Assinale a afirmativa incorreta:

- a) Não se pode invocar direito adquirido em face da Constituição Federal;
- b) O titular do poder constituinte é o povo;
- c) As Constituições rígidas são aquelas que só podem ser alteradas por um processo qualificado de reforma;
- d) As Constituições escritas são aquelas compreendidas em um único documento;
- e) A Constituição Federal de 1988 caracteriza-se por ser semi-rígida.

18) Têm legitimidade para propor a Ação Direta de Inconstitucionalidade, exceto:

- a) Prefeitos Municipais;
- b) Mesa do Senado Federal;
- c) Mesa da Câmara dos Deputados;
- d) Governador de Estado;
- e) Presidente da República.

19) Compete aos Municípios:

- a) Promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;
- b) Legislar sobre desapropriação;
- c) Conceder anistia política;
- d) Planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações;
- e) Legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional.

20) O(s) titular(es) do Poder Constituinte é (são):

- a) O povo;
- b) Os representantes populares;
- c) O Presidente da República;
- d) A Assembléia Constituinte;
- e) O Advogado Geral da União.

DIREITO CIVIL

21) Não são bens públicos:

- a) Os de uso comum do povo;
- b) Os de uso especial;
- c) Os dominicais;
- d) Os bens da sociedade de economia mista;
- e) Os mares, rios, estradas, ruas e praças.

- 22) O domicílio dos Estados situa-se:
- a) Nas suas respectivas capitais;
 - b) Em qualquer cidade com mais de 100.000 habitantes;
 - c) No lugar onde funcione a Administração Estadual;
 - d) Depende de designação por ato do Governador;
 - e) O Estado pode ter mais de um domicílio.
- 23) O prazo prescricional nas ações em face da Fazenda Pública é de:
- a) 20 (vinte) anos;
 - b) 05 (cinco) anos;
 - c) 10 (dez) anos;
 - d) 02 (dois) anos;
 - e) Não há prescrição.
- 24) Assinale a afirmativa errada. A solidariedade:
- a) Não se presume;
 - b) Resulta sempre da lei ou da vontade das partes;
 - c) Pode ser ativa ou passiva;
 - d) Sendo ativa, cada um dos credores solidários tem direito a exigir o cumprimento da prestação, por inteiro;
 - e) Não pode ser renunciada pelo credor, em favor de um ou de todos os credores.
- 25) Assinale a afirmativa errada. Os contratos admitidos no direito brasileiro:
- a) São somente aqueles nominados no Código Civil;
 - b) Não podem ser aleatórios;
 - c) Podem decorrer de manifestação tácita, se a lei não exigir que seja expressa;
 - d) São sempre onerosos;
 - e) Se forem bilaterais; um dos contraentes poderá exigir o cumprimento da obrigação do outro antes de cumprida a sua.

- 26) Um direito subjetivo pode ser classificado como de natureza absoluta quando:
- a) Sua faculdade de fruição é desprendida de qualquer delimitação legal;
 - b) Sua faculdade de fruição independe do implemento de termo, condição ou encargo;
 - c) Sua faculdade de fruição depende, unicamente, da ocorrência de um evento futuro e certo;
 - d) Traduz uma relação oponível à generalidade das pessoas;
 - e) Seu titular é uma pessoa jurídica de direito público.
- 27) Segundo a Lei de Introdução ao Código Civil, as fontes do direito são:
- a) A lei, a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito;
 - b) A lei, a analogia, os costumes, os princípios gerais do direito e a jurisprudência;
 - c) A lei, os contratos, a analogia, os costumes, e os princípios gerais do direito;
 - d) A lei, os contratos, a analogia, os costumes, os princípios gerais do direito e a jurisprudência;
 - e) A lei, a analogia, os princípios gerais do direito e a jurisprudência.
- 28) No direito brasileiro, a personalidade civil do homem começa:
- a) Com o nascimento com vida;
 - b) Com o nascimento com vida, ressalvados, contudo, desde a concepção os direitos do nascituro;
 - c) Aos dezesseis anos de idade;
 - d) Aos vinte e um anos de idade;
 - e) Com o registro do nascimento no Registro Civil das Pessoas naturais.

29) No direito brasileiro, a lei começa a vigorar em todo o território nacional:

- a) A partir da data de em que for oficialmente publicada, salvo expressa disposição em sentido contrário;
- b) Trinta dias depois de oficialmente publicada, salvo expressa disposição em sentido contrário;
- c) Quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada, salvo expressa disposição em sentido contrário;
- d) Sessenta dias depois de oficialmente publicada, salvo expressa disposição em sentido contrário;
- e) Noventa dias depois de oficialmente publicada, salvo expressa disposição contrário.

30) No direito brasileiro:

- a) Uma lei permanecerá em vigor até que outra a modifique ou revogue;
- b) A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível, ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior;
- c) A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior;
- d) Uma lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência, salvo expressa disposição em contrário;
- e) Todas as respostas acima estão corretas.

31) Denomina-se *vocatio legis*:

- a) A inexistência de lei regulamentadora de determinada matéria;
- b) O conflito positivo de leis no espaço;
- c) O conflito negativo de leis no espaço;
- d) O período compreendido entre a publicação oficial de uma lei e o início de sua vigência;
- e) O conflito, positivo ou negativo, de leis no tempo.

- 32) Em razão do princípio da obrigatoriedade das leis, é correto afirmar-se que:
- a) Uma norma legal não pode ser revogada em decorrência de sua continuada não aplicação;
 - b) Uma norma legal não pode ser tacitamente revogada;
 - c) Uma norma legal, que não se destine a vigência temporária, permanece em vigor até que outra norma a modifique ou revogue;
 - d) Nenhum órgão jurisdicional monocrático poderá deixar de aplicar uma norma legal por considerá-la inconstitucional;
 - e) Ninguém poderá se escusar de cumprir uma lei, alegando que não a conhece.
- 33) A personalidade das pessoas jurídicas de direito privado começa:
- a) Com a lavratura de seus atos constitutivos;
 - b) Com o registro de seus atos constitutivos no Registro Civil competente;
 - c) Com a realização da Assembléia Geral Ordinária Especial de Instalação;
 - d) Com o início de suas atividades sociais;
 - e) Com a publicação, por três vezes, no prazo de cinco dias, de seus atos constitutivos em um jornal local de grande circulação.
- 34) Termina a existência da pessoa jurídica:
- a) Pela sua dissolução, deliberada entre os seus membros, salvo o direito da minoria e de terceiros;
 - b) Pela sua dissolução, quando a lei determinar;
 - c) Pela sua dissolução, em virtude de ato do governo que lhe casse a autorização para funcionar, nos termos da legislação vigente;
 - d) As respostas "a" e "c" estão corretas;
 - e) As respostas "a", "b" e "c" estão corretas.

35) No direito brasileiro são considerados absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil:

- a) Os menores de dezesseis anos, os loucos de todo o gênero, os pródigos, e os surdos-mudos;
- b) Os menores de dezesseis anos, os loucos de todo o gênero, os pródigos, os surdos-mudos, os ausentes e os silvícolas;
- c) Os menores de dezesseis anos, os loucos de todo o gênero, os pródigos, os surdos-mudos e os silvícolas;
- d) Os menores de dezesseis anos, os loucos de todo o gênero, os surdos-mudos e os silvícolas;
- e) Os menores de dezesseis anos, os loucos de todo o gênero, os surdos-mudos que não puderem exprimir a sua vontade e os ausentes declarados tais por ato jurisdicional.

36) A incapacidade em razão da minoridade cessa:

- a) Aos vinte e um anos de idade, pela emancipação, pelo casamento e pelo exercício de emprego público efetivo;
- b) Aos vinte e um anos de idade, pela emancipação, pelo casamento, pelo exercício de emprego público efetivo, pela colação de grau científico em curso de ensino superior, pelo estabelecimento civil ou comercial com economia própria;
- c) Aos dezoito anos de idade, pela emancipação, pelo casamento e pelo exercício de emprego público efetivo;
- d) Aos dezoito anos de idade, pela emancipação, pelo casamento, pelo exercício de emprego público efetivo, pela colação de grau científico em curso de ensino superior;
- e) Aos vinte e um anos de idade, pela emancipação, pelo casamento, pelo exercício de emprego público efetivo, pela colação de grau científico em curso de ensino superior.

37) Denomina-se comoriência:

- a) A dissolução de uma sociedade civil, em razão da morte de seus sócios;
- b) A dissolução de uma sociedade mercantil, em razão da morte de seus sócios;
- c) O suprimento judicial da capacidade de uma pessoa jurídica de direito privado, em razão da morte de seus representantes legais;
- d) A morte de dois ou mais indivíduos na mesma ocasião, não sendo possível afirmar qual dos falecimentos ocorreu primeiro;
- e) Nenhuma das respostas acima está correta.

38) Em relação à capacidade civil é correto afirmar-se que:

- a) Os menores púberes são apartados das atividades civis, não participando direta e pessoalmente de qualquer negócio jurídico;
- b) Os menores púberes podem participar dos negócios jurídicos, desde que devidamente representados;
- c) Os menores impúberes são apartados das atividades civis, não participando direta e pessoalmente de qualquer negócio jurídico, mas, apenas, indiretamente, através do instituto da representação;
- d) Os menores impúberes podem participar dos negócios jurídicos, desde que assistidos por seus representantes legais;
- e) Os menores de dezoito anos não podem participar de qualquer ato jurídico.

39) O patrimônio de uma fundação de direito privado, na hipótese de sua extinção, salvo disposição em sentido contrário de seus estatutos ou do instituidor, será:

- a) revertido ao patrimônio de seu instituidor;
- b) partilhado entre os membros componentes do Conselho Curador, na proporção de sua efetiva participação;
- c) Incorporado ao patrimônio do Estado em que se localizar sua sede;
- d) Incorporado ao patrimônio de outras fundações de finalidade semelhante ou análoga;
- e) Será leiloado pelo Ministério Público e ao produto apurado será revertido à União Federal, que o aplicará em Programas Especiais de Educação, nos termos da legislação vigente.

40) São pessoas jurídicas de direito público:

- a) A União, os Estados, os Municípios e as autarquias;
- b) A União, os Estados, os Municípios, as autarquias e as empresas públicas;
- c) A União, os Estados, os Municípios, as empresas públicas e as sociedades de economia mista;
- d) A União, os Estados, os Municípios, as autarquias, as sociedades de economia mista e os partidos políticos;
- e) A União, os Estados, os Municípios, as autarquias, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e os partidos políticos.

TEORIA GERAL DO PROCESSO

41) A Ação é:

- a) Um direito público, subjetivo, autônomo, genérico, abstrato e instrumentalmente conexo à uma pretensão de exigir;
- b) Um direito potestativo;
- c) Um direito concreto de agir;
- d) Uma qualidade própria do direito material reagindo à uma violação;
- e) Nenhuma das respostas acima.

42) É exceção ao princípio NE PROCEDAT IUDEX EX OFFICIO:

- a) A inspeção judicial;
- b) O poder cautelar genérico;
- c) A determinação de que sejam citados todos os litisconsortes necessários;
- d) O julgamento conforme o estado do processo;
- e) A possibilidade de o juiz trabalhista instaurar a execução trabalhista.

43) Ao réu compete a prova:

- a) Dos fatos cobertos por presunção legal de existência ou de veracidade;
- b) Dos fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do Autor;
- c) Dos fatos incontroversos no processo;
- d) Dos fatos públicos e notórios;
- e) Dos fatos não provados pelo Autor.

44) Podemos afirmar corretamente que existem:

- a) Processo de conhecimento e procedimento de execução;
- b) Processo de conhecimento e procedimento cautelar;
- c) Processo de conhecimento e procedimento comum, que poderá ser ordinário e sumaríssimo;
- d) Processo de execução e procedimento de conhecimento;
- e) Processo cautelar e procedimento de execução.

45) O sistema de persuasão racional na valoração da prova consiste em que:

- a) As provas têm um valor prēdeterminado em lei e ao Juíz sō é lícito apreciã-las em estrita obdiência e observância a tais valores;
- b) O juiz é soberanamente livre para apreciar a prova e não estar obrigado a fornecer os motivos em que funda sua convicção;
- c) O juiz é livre na apreciação da prova, mas fica condicionado aos fatos nos quais se funda a relação jurídica controvertida e as provas colhidas no processo;
- d) A convicção do juiz é livre, mas fica condicionada aos fatos nos quais se funda a relação jurídica controvertida, às provas colhidas no processo, às regras legais e tem que ser motivada;
- e) O juiz é soberanamente livre para apreciar a prova, mas esta obrigado a fornecer os motivos em que funda sua convicção.

46) A revelia pode ser conceituada como:

- a) A presunção relativa da veracidade dos fatos narrados pelo Autor na petição inicial;
- b) A não apresentação de contestação pelo réu, no prazo legal;
- c) A presunção absoluta da veracidade dos fatos narrados pelo Autor na petição inicial;
- d) Um fato impeditivo ao julgamento do mérito pelo juiz;
- e) Uma exceção de direito material apresentada pelo réu.

47) Ao decidir a lide, o juiz:

- a) A decidirá nos limites em que foi proposta;
- b) A decidirá de modo a compor o conflito intersubjetivo de interesses;
- c) Aplicará a norma jurídica incidente ao caso concreto trazido à julgamento dirimindo o conflito de interesses;
- d) Conhecerá de todas as questões pertinentes;
- e) A decidirá nos limites em que foi proposta sendo-lhe vedado conhecer de questões a cujo respeito a lei exige a iniciativa da parte.

48) Assinale a alternativa correta:

- a) A alegação de incompetência relativa pode ser apresentada a qualquer tempo e grau de jurisdição;
- b) A preliminar de incompetência absoluta tem por finalidade extinguir o processo sem julgamento do mérito;
- c) O acolhimento, pelo juiz, da alegação de incompetência, se ja absoluta ou relativa, não implica na extinção do proces so sem julgamento do mérito;
- d) O acolhimento pelo juiz da alegação de incompetência a absoluta implica na extinção do processo com julgamento do mérito;
- e) Todas as afirmações anteriores estão incorretas.

49) São pressupostos processuais:

- a) A possibilidade jurídica do pedido, a coisa julgada e litispendência;
- b) A competência, a coisa julgada e interesse de agir;
- c) A causa de pedir, o pedido e o interesse de agir;
- d) A coisa julgada, a conexão e a capacidade postulatória;
- e) A capacidade processual, a competência e a coisa julgada.

50) São considerados Tribunais Superiores pela Constituição Federal de 1988:

- a) Os Tribunais de Justiça e o Tribunal Superior Eleitoral;
- b) Os Tribunais Regionais Federais e os Tribunais de Alçada;
- c) Os Tribunais Regionais de Trabalho e o Supremo Tribunal Federal;
- d) O Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal;
- e) O Superior Tribunal de Justiça e as Auditorias Militares.

* * * * *

66

RIO DE JANEIRO • QUARTA-FEIRA
21 DE DEZEMBRO DE 1994
ANO XX • N.º 240 • PARTE I

Procuradoria-Geral do Estado

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

A V I S O

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, avisa às empresas interessadas que a TOMADA DE PREÇOS Nº 04/94, tendo como objeto a manutenção dos sistemas de refrigeração do Edifício Sede da Procuradoria Geral do Estado, na Rua D. Manuel, 25, publicada no D.O. de 15.12.94 teve ADIADA sua realização para 04.01.1995 às 15 horas.

CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

A V I S O

O PROCURADOR-CHEFE DO CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS E COORDENADOR DO ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO divulga os gabaritos do Exame de Seleção realizado no dia 17 de dezembro de 1994:

DIREITO CONSTITUCIONAL

01-D, 02-E, 03-B, 04-C, 05-D, 06-A, 07-D, 08-E,
09-D, 10-B, 11-A, 12-B, 13-C, 14-C, 15-A, 16-B,
17-E, 18-A, 19-A e 20-A.

DIREITO CIVIL

21-D, 22-A, 23-B, 24-E, 25-(anulada), 26-D, 27-A,
28-B, 29-C, 30-B, 31-D, 32-E, 33-B, 34-E, 35-E,
36-B, 37-D, 38-C, 39-D e 40-A.

TEORIA GERAL DO PROCESSO

41-A, 42-E, 43-B, 44-C, 45-D, 46-B, 47-E, 48-C,
49-E e 50-D.

O resultado final do Exame de Seleção, com as respectivas classificações pelos locais de inscrição, será publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Parte I, de 22 de dezembro de 1994.